de capacitação para agricultores familiares sobre produção de produtos higiene com uso de matéria prima de resíduos de floresta.

PERÍODO: 30/06/2021

Nº DE DIÁRIAS: 1 (uma)

ORDENADOR Timara Miranda/Diretora Administrativa e Financeira/SEDAP

PORTARIA Nº 333/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019

BENEFICIÁRIO: Antonia do Socorro Aleixo Barbosa

CARGO: Diretora

MATRÍCULA: 2016923

ORIGEM: Belém/PA

DESTINO: Santo Antonio do Tauá/PA

OBJETIVO: Complementação de diária referente a Portaria 306/2021, com objetivo de realizar visita técnica sobre produção de mandioca e hortaliças, acompanhar o plantio de espécies florestais e arbustos e realizar curso de capacitação para agricultores familiares sobre produção de produtos higiene com uso de matéria prima de resíduos de floresta.

PERÍODO: 30/06/2021

Nº DE DIÁRIAS: 1 (uma)

ORDENADOR Timara Miranda/Diretora Administrativa e Financeira/SEDAP

Protocolo: 674597

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 2020/178679

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SEDAP/PA

O SECRETÁRIO DE ESTADO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que a Administração tem o poder de, a qualquer momento e de ofício, rever seus próprios atos por ilicitude, a fim de evitar gravame ao interesse público, em cumprimento ao disposto no Artigo 49, da Lei Federal nº 8.666/93 e Súmula 473 do STF e;

CONSIDERANDO que o edital foi impugnado, tendo sido concedido provimento parcial aos pedidos e por consequência será republicado e disponibilizado com as devidas readequações, alterando a data de abertura do certame;

CONSIDERANDO, ainda, a impossibilidade de realizar as devidas alterações no sistema compranet na aba divulgação de compras, devido à indisponibilidade do sistema, e, em função disso ensejar a abertura indevida da sessão;

CONSIDERANDO, que o ato de revogação parcial da licitação acima referida, se dá em face da abertura indevida da sessão, que ocorreu em razão da indisponibilidade do sistema não permitir concretizar o adiamento, na aba de divulgação de compras;

RESOLVE: ANULAR PARCIALMENTE (desde o edital) o presente procedimento licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2021 cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, POR MEIO DE REDE CREDENCIADA DE OFICINAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS, INCLUINDO GUINCHO E LAVAGEM, MEDIANTE SISTEMA INFORMATIZADO ON-LINE, FORNECIDO PELA CONTRATADA, PARA ATENDIMENTO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, determinando o prosseguimento do processo com a publicação de novo edital.

Dê-se ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Belém/PA, 30 de junho de 2021.

ALFREDO DE SOUZA VERDELHO NETO

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca -SEDAP

Protocolo: 674675

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 911 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 5º letra "K", da Lei nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e

Considerando que o Instituto de Terras do Pará - ITERPA tem por missão executar a política agrária do Estado em tudo quanto se referir às suas terras públicas;

Considerando que tramitam no ITERPA vários processos administrativos referentes as áreas que abrangem o denominado "Complexo Agrisal", localizado no município de Salinas, com aproximadamente vinte e dois (22) Títulos de Terra;

Considerando a necessidade de se obter uma definição a respeito da situação fundiária das áreas do denominado "Complexo Agrisal", levando em consideração que as glebas se encontram em áreas de "Jurisdição Estadual";

Considerando que cabe ao Instituto de Terras do Pará proceder com a contabilidade fundiária das Terras Paraenses, definindo quais glebas/áreas foram destacadas do patrimônio Público Estadual, extremando o domínio Público do particular;

Considerando que é competência e dever do ITERPA extremar o domínio público do particular, bem como definir as áreas que, dentro do território do Estado, constituam patrimônio dele ou de quaisquer outras entidades de direito público;

Considerando que foi publicada a portaria nº. 129/2021- ITERPA, em 15 de março de 2021, instituindo grupo de trabalho para apresentar diagnostico/ relatório sobre as áreas que compõe o Complexo Agrisal e, Por fim, considerando que o artigo 5º da portaria nº. 129/2021 determina que o diagnóstico/relatório fundiário deve ser direcionado ao Conselho Diretor (CD) do ITERPA para apreciação

R E S O L V E:

Artigo 1º: Convocar o Conselho Diretor (CD) do ITERPA, na data de 02 de julho de 2021 (sexta-feira), às 10 horas (horário de Belém) para apreciação do relatório/diagnostico do grupo de trabalho instituído pela Portaria nº. 129/2021- ITERPA.

Parágrafo único: Ficam os membros do Conselho Diretor (CD) cientificados. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Belém, 30 de junho de 2021

Bruno Yoheiji Kono Ramos - Presidente

Protocolo: 674301

PORTARIA Nº 786 DE 14 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 5º letra "K", da Lei nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e

CONSIDERANDO a necessidade de mais prazo para elaborar análise técnica pelos membros da Comissão criada através da Portaria nº 129 de 12 de março de 2021.

RESOLVE:

Art.1º - Prorrogar os trabalhos da comissão por mais 20 (vinte) dias contados a partir do dia 15 de junho de 2021;

Art. 2º - Permanece em vigor os demais termos constantes na Portaria nº129 de 12 de março de 2021 e Portaria nº 502 de 07 de maio de 2021;

PUBLIQUE-SE.

Bruno Yoheiji Kono Ramos

Presidente

Protocolo: 674561

PORTARIA Nº 915 , 30 de Junho 2021

O Presidente do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e em conformidade com o art. 2º, inciso IX, da mesma Lei, CONSIDERANDO que a Lei 7.289, de 24 de julho de 2009, em seu art. 10 prevê o instituto da permuta como uma das modalidades para alienação da terra pública, utilizável quando houver impossibilidade de ocupação de fato de áreas alienadas a particular;

CONSIDERANDO que o Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, promoveu a Licitação de Terras Públicas sobre área denominada Gleba Altamira VI, com a designação de Projeto Integrado Trairão, e que a União criou e ampliou reservas indígenas, alcançando parte da área do Projeto, impossibilitando que os licitados consolidassem o domínio; CONSIDERANDO que o Decreto 2.472, de 29 de setembro de 2006, e o Decreto 2.670, de 24 de dezembro de 2010, autorizam a permuta das áreas licitadas na Gleba Altamira VI, quando incidentes em área envolvida pela Reserva Indígena e incorporada ao domínio da União, por outras áreas rurais situadas na Gleba Nova Olinda, na Gleba Mamuru e na Gleba Guajará, nos municípios de Santarém, Aveiro e Prainha;

CONSIDERANDO tudo que consta nos autos do Processo Administrativo nº 2015/342980, quanto à regularidade e ao cumprimento dos requisitos técnicos e jurídicos para a contratação de permuta.

RESOLVE:

I - HOMOLOGAR o processo relativo a CONVALIDAÇÃO de permuta do Título nº 053, representativo do Lote 25, Setor "C" e do Título nº 058, representativo do Lote 20, Setor "C" ambos do Projeto Integrado Trairão, por uma área com 821,6385 hectares denominada Lote 46, Setor "A", localizada na Gleba Maracu, Município de Prainha, em favor COLORADO EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS LTDA.

Bruno Yoheiji Kono Ramos

Presidente

Protocolo: 674551

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA ATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA(S) PORTARIA(S) DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDA(S) PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA (COMPRA) DE TERRAS, EM QUE FIGURAM COMO INTERESSADOS:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2016/181455	ECI BRANDÃO GONÇALVES	FAZENDA NAS-CENTE	135ha06a64ca	TAILÂNDIA/MOJU	912/2021
2013/77490	HELIO CAMILO DA CUNHA FILHO	FAZENDA MO-DELO I	357ha60a72ca	TAILÂNDIA	913/2021

Belém(Pa), 30/06/2021

Bruno Yoheiji Kono Ramos - Presidente